Como dar visibilidade à população em situação de rua? Vinte anos de pesquisa e construção metodológica na metrópole de São Paulo, Brasil

Viviane Canecchio Ferreirinho

Introdução

A cidade de São Paulo, no Brasil, com 11,4 milhões pessoas é a maior cidade da América Latina, seguida por Lima, no Peru, com 9,7 milhões e pela cidade do México com 9,2 milhões. O tamanho da cidade é proporcional ao tamanho dos problemas sociais e econômicos que a constituem como teia de vidas e redes que se entrelaçam em seu território. O geógrafo brasileiro Milton Santos (1978) fez uma importante discussão sobre o que seria o "espaço urbano" e a "cidade". O primeiro teria referências em o que é interpretado como abstrato, geral e externo, enquanto que o segundo seria aquilo que é particular, concreto e interno. Santos conceituava a cidade como sendo uma região e um território, ao mesmo tempo, construída pela lógica da produção e pela circulação de bens e serviços.

Esse movimento, diz o autor, gera a horizontalização que é o lugar da produção (região) e a verticalização que é a distribuição e o consumo dos bens (território). Santos, Lefèbvre, Harvey e muitos outros autores que pensam a geografia têm contribuído para a compreensão do espaço como construção social, para o entendimento de que são as pessoas em sociedade que organizam e dispõem dos espaços urbanos, sempre de forma dialética e conflituosa.

> Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente (HARVEY, 2004, p.111).

No caso de São Paulo e do Brasil, as consequências desses processos estão estampadas na enorme desigualdade econômica, social e política que se espelha na construção do espaço urbano. Para conseguir administrar os 11 milhões de habitantes, governos mais alinhados à concepção social do espaço, dividiram a cidade em 96 distritos que, posteriormente foram agrupados em 32 subprefeituras.

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, os limites territoriais dos distritos da cidade, formulados a aprovados em Lei em 1992, foram estabelecidos *a partir de estudos elaborados por diversos órgãos do Executivo municipal, tendo em conta fatores físico-territoriais, demográficos, urbanísticos, econômicos e político-administrativos*.

Atualmente, com média populacional de aproximadamente 125 mil pessoas, cada distrito é como se fosse uma cidade de grande porte[1], dentro da megalópole[2], que carrega todas as ambiguidades e desigualdades territoriais, no sentido atribuído por Santos, em cada um dos 96 distritos. Por exemplo, a idade média ao morrer em 2022 no distrito Jardim Paulista era de 80 anos, no mesmo ano, no Iguatemi, outro distrito da cidade, 59,3 é idade média com que se morre, a menor da cidade, enquanto que a média da cidade de São Paulo é 68,1 anos.

[1] Os limites de quantidade de habitantes de cada porte, de acordo com dados populacionais do IBGE/2010 são: a) Municípios de Pequeno Porte I, até 20.000 habitantes; b) Municípios de Pequeno Porte II, de 20.001 até 50.000 habitantes; c) Municípios de Médio Porte, de 50.001 até 100.000 habitantes; Municípios de Grande Porte, de 100.001 até 900.000 habitantes; Metrópole: 900.001 habitantes ou mais.

[2] A expressão foi criada em 1960 pelo geógrafo francês Jean Gottmann (1915-1994) para classificar a região dos Estados Unidos que envolvia as cidades de Boston, Washington D. C. e Nova York e refere-se a uma região ou área superurbanizada, que congrega em torno de si uma articulação entre metrópoles, regiões metropolitanas e pequenas cidades, concentrando boa parte da população e dos serviços de um país.

> (...) a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade. Essa explicitação se dá desvendando-se os vínculos específicos que articulam o espaço urbano segregado com a economia, a política e a ideologia, por meio das quais opera a dominação por meio dele (VILLAÇA, 2111).

É neste contesto de desigualdade e segregação que se insere a população mais vulnerável dos centros urbanos a população em situação de rua. As pesquisas desenvolvidas sobre esta população tiveram sempre que se adequar a geografia da cidade, administrativa, territorial e social. São duas décadas de pesquisas que além da produção de informações que, puderam subsidiar a luta por direitos, acesso e formulação de políticas para este segmento populacional, também foram pioneiras na construção de metodologia adequada à contagem de pessoas invisibilizadas pela ausência de moradia e de condições materiais de existência.

Histórico

Atualmente as políticas para pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo são discutidas, prioritariamente, por duas secretarias: Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Smdc) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads). Na execução das políticas para esta população somam-se a essas duas secretarias, especialmente, a Secretaria da Saúde (SMS), a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Smdet) e a Secretaria de Habitação (Sehab).

A Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, em Smdc, tem a atribuição de *articular a gestão transversal das ações públicas voltadas a esta comunidade, pautada na ampliação do diálogo com organizações da sociedade civil e movimentos sociais* e está vinculado a esta coordenação, o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua que visa a construir, acompanhar e avaliar a política municipal para a população em situação de rua da cidade de São Paulo, composto paritariamente pelo poder público, e sociedade civil com representantes das pessoas em situação de rua e de organizações da sociedade civil a elas vinculadas.

Na Smads, a Coordenação da Proteção Social Especial (Cpse) é responsável pelo desenvolvimento de políticas e execução da rede socioassistencial de proteção social para esta população. A Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Covs) é o setor de Smads com a competência de coordenar, executar e promover a função de vigilância socioassistencial na cidade de São Paulo. Tem como atribuições produzir, sistematizar, analisar e difundir informações e conhecimentos sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios e informações sobre o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Este é o setor responsável por conceber e acompanhar as pesquisas desenvolvidas e contratadas pela secretaria.

Ao longo dos 20 anos as diversas pesquisas foram sendo desenvolvidas e sendo reformuladas, em relação direta diretamente com a implantação da política de assistência social em seu modelo pós Constituição de 1988, ou seja, na perspectiva na assistência social como direito do cidadão. Em São Paulo essa política foi sendo construída com a adesão às normativas e diretrizes do Sistema único de Assistência Social (SUAS), mas, também, moldando e sendo moldada pelas características desiguais e sectárias da cidade, por vezes se adequando e por outras vezes alterando em vários aspectos algumas dessas normas e diretrizes.

A história da própria Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social se confunde e entrelaça enquanto consolidação da política de proteção social com a construção da atenção aos grupos de pessoas em situação de rua. Até o início do século XXI, os principais atendimentos da Secretaria eram voltados às crianças e adolescentes.

A rede de creches que, à época atendiam crianças de 0 a 6 anos, estava sob responsabilidade da assistência social. Os principais serviços, programas e projetos estavam voltados para a primeira infância e a cidade possuía a maior rede de creches do país que implicavam em gestões diretas e administradas em parcerias com organizações da sociedade civil. As crianças de 7 a 11 anos e os adolescentes também tinham uma rede própria de atendimento, com ênfase no contraturno escolar e havia um grande projeto de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na rede socioassistencial. A secretaria atendia a outros segmentos como idosos em serviços de convivência e era responsável pela abordagem e acolhimento da população em situação de rua. A rede de acolhimento para essa população era tímida e sempre executada em parcerias com organizações sociais.

A população em situação de rua, por sua vez, tem sua história marcada pelo vergonhoso modelo de escravidão vigente no Brasil por três longos séculos, bancado pela oligarquia nacional e que se livrou do modelo quando não mais servia a interesses econômicos e políticos deixando desprotegida a população negra.

> O empreendimento escravocrata, que demarca o século XVI ao XIX, impõe o fardo para a população negra, que, mesmo depois do processo que culminou no "fim" da escravidão, impôs um lugar marginal a esse grupo étnico na sociedade. Desde então, constata-se que as marcas da pobreza, da fome, da falta ou da precariedade da moradia, da falta de segurança alimentar, da incidência de doenças etc., assolam a população negra em maior grau. População que foi empurrada a viver nos bolsões dos assentamentos subumanos e precários, nas favelas, nas encostas, nas áreas alagadiças, nas periferias e nas ruas, constituindo múltiplas expressões da questão social contemporânea, demarcada pelo racismo estrutural que assola as vidas de pessoas negras (Oliveira/Martins, 2022).

A decisão de colocar fim ao sistema escravocrata, está relacionada ao modelo econômico adotado no país. No final do século XIX, o Brasil se tornou o grande produtor mundial de café, que embora fosse cultivado na região oeste do Estado produziu seus maiores efeitos de crescimento econômico na cidade de São Paulo. Dall'Olio (2019) complementa que *além de ser a residência oficial da maioria dos barões do café e de ilustres políticos do país, a cidade também passou a atrair trabalhadores e empresários do mundo todo*. Como foi dito ao início do artigo, o fenômeno urbano como construção social só pode ser compreendido observando-se os determinantes econômicos e políticos sobre o espaço social.

E o crescimento de São Paulo está relacionado com os desdobramentos que se deram em função da economia cafeeira, com a necessidade de transporte de grãos e de trabalhadores para as fazendas. Apesar de não produzir café, a cidade era a central de estradas de ferro e todos os trens convergiam para ela e dela saíam outras vias férreas para o litoral e os portos. E a rede de transportes foi determinante para o processo de industrialização da cidade, com o declínio da economia cafeeira.

> Custos de transporte e mercado consumidor são decisivos para definir onde as empresas se localizam e, consequentemente, onde as cidades se formam. Por isso, além das ferrovias, São Paulo apresentava outra grande vantagem competitiva para atrair as indústrias: uma população que crescia vertiginosamente, formada principalmente por imigrantes (Dall'Olio, 2019).

O surgimento da população em situação de rua está, portanto diretamente vinculado a ao modelo econômico fundado na escravidão e sua transição para o trabalho assalariado, estruturalmente negado aos negros. Os lugares na cidade designados à população negra foram as periferias, os morros, os cortiços e as ruas. Essas pessoas recém "libertas" do trabalho escravo não puderam competir com trabalhadores brancos e imigrantes. Não foram alçados à condição de assalariados, por estarem espoliados de todos os direitos, dos direitos humanos básicos como alimentação, do acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à proteção social.

Observando-se o desenho que a cidade tem atualmente e analisando-se o processo histórico vencido pelas classes dominantes, pode-se compreender com precisão a construção de estruturas de segregação, especialmente raciais. Aos pobres negros segregados, se agregarão os brancos desprovidos de renda, provenientes da migração e que compõem a reserva de trabalhadores necessária a perpetuação sistema capitalista. Na última pesquisa censitária, mais da metade das pessoas em situação se declararam pretas ou pardas, sendo que não há informações sobre raça/cor para quase 30% dos recenseados, correspondem a 70,8% das repostas válidas. O crescimento econômico da cidade passou a ser atrativo não só para trabalhadores de outros países, mas, a partir da década de 30 do século XX, para migrantes de outros estados brasileiros. Além da diversificação de postos nas indústrias de diferentes tipos, o crescimento do setor de serviços também era atrativo para os trabalhadores brasileiros massacrados pela desigualdade e segregações regionais e raciais.

Na questão social, esses migrantes, muitos deles negros formaram, junto com os negros que conseguiam se empregar e brancos pobres da cidade a força trabalhadora em diversos postos como a construção civil, operariado, setores de comércio e serviços. Mas como nem sendo branco, não há trabalho para todos no capitalismo, grande parte dos migrantes ficavam sem emprego e sem moradia, juntando-se aos negros espoliados nos grupos de pessoas em situação de rua da cidade. A assistência social que não considerava os negros em situação de rua como uma questão social e que tinha suas atribuições predominantemente realizadas pelas instituições religiosas via recursos da "caridade" dos fiéis, recorreu a elas para acolher essas pessoas. Os espaços abertos de pernoite faziam também acompanhamento de saúde, porque, junto com a pobreza dos indivíduos que se encontravam nesta situação sempre vêm o preconceito e a higienização que dissimula o racismo e a xenofobia com ares de "ciência".

Costa (2010) revela que os antigos albergues das décadas de 70 e 80 existiam em pequena quantidade e que o entre o público desses equipamentos estavam, também, pessoas em acompanhamento médico e, especialmente, migrantes que chegavam à cidade vítimas da expulsão do campo que tinham como demanda a alocação e encaminhamento para força de trabalho. *O uso obrigatório dos uniformes, o imperativo do trabalho e o controle policialesco são alguns dos elementos que compõem a imagem da CETREN*[3] *como um tipo de instituição a ser repudiado*.

Os albergues e serviços para a população de rua foram pensados na perspectiva positivista que marcou a ideologia da cidade-trabalho, que não descansa, que não para. Eram pensados na perspectiva de conformar os corpos para o trabalho, para que não se promiscuíssem pela vadiagem e vagabundagem. O desemprego que é a causa da desproteção social e perda de direitos é visto como vontade individual, como se aqueles que não encontram emprego não o fazem porque não desejam e/ou não se esforçam para. As iniciativas de assistência social também foram marcadas pela busca de um projeto higienista de cidade.

> A primeira via a focalizar a cidade de São Paulo como uma 'questão' foi a higiênico-sanitarista, conjugando o olhar médico com a observação/transformação do engenheiro, junto a uma política de intervenção de um Estado planejador/reformador, que procurou de todas as formas neutralizar o espaço, dar-lhe uma qualidade universal e manipulável, mediante a 'racionalidade e objetividade' da ciência, que tem função-chave na sua luta contra o 'arcaico pela ordem e progresso', caminhando conjuntamente ao desejo já latente e generalizado de 'ser moderno', em que a cidade aparece como sinônimo de progresso em oposição ao campo. Conjuntamente à questão urbana, constrói-se a questão social com o surgimento da pobreza e a identificação do outro – o pobre, o imigrante (Matos, 1996, p.133).

Nota-se que a necessidade de proteção social, apesar de insipiente e moldada nas perspectivas positivista e higienista, só começou a tomar forma frente à exclusão de trabalhadores imigrantes, brancos. Enquanto eram os negros despossuídos a iniciativa de rede pública de acolhimento não foi executada.

[3] Antigo albergue das décadas de 80/90, próximo à Baixada do Glicério, região central de São Paulo.

Neste ponto, com esse histórico, retornamos ao momento atual, ou próximo do atual, que está relacionado ao advento da política de assistência social como direito previsto na Constituição Federal e à promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (lei nº 8.742, de 7/12/1993) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei nº 9.394, de 20/12/1996). Foi a partir da adesão da cidade de São Paulo ao Sistema Único da Assistência (Suas) que os grupos prioritários para atenção da proteção social começaram a serem delineados.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas), estabelecido pela Lei nº 12.435, de 06/072011, é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social sob a forma de sistema descentralizado e participativo, com os seguintes objetivos: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (Resolução nº 33, de 12 /12/12).A Smads sentiu ainda o impacto da LDB que reconheceu o acesso às creches como direito de todas as crianças e não apenas das mães trabalhadoras, passando a supervisão desses serviços para a Secretaria da Educação, forçando a Smads a procurar nova identidade e seus profissionais, novos conhecimentos.

A Prefeitura de São Paulo aderiu ao SUAS em 1997, criando o Conselho Municipal - Comas-SP, mas sua primeira gestão foi somente em março de 2000, após a regulamentação do Fundo Municipal que ocorreu nos últimos dias de dezembro de 1999. Em 1999 foi feita pela primeira vez uma pesquisa para que fosse estimada a quantidade de pessoas em situação de rua, foram encontradas 3.392 pessoas nesta ocasião. Em 2000 a Secretaria contrata, pela primeira vez, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, para o *levantamento censitário e a caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo* (Fipe,2000).

Era necessário conhecer o perfil e a dinâmica do principal grupo de pessoas a necessitarem de proteção social para o início da construção de políticas públicas que fossem efetivas para mitigar os efeitos da segregação e vulnerabilidade a que estavam expostas. Dessa forma, a pesquisa censitária foi realizada novamente em 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021. Em 2003, houve uma pesquisa para estimar a população em situação de rua na área central da cidade baseada nas informações e dados da pesquisa de 2000. Em 2002 houve a realização da pesquisa *Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo*, na busca em conhecer o público infantil que era encontrado nas ruas completamente desprotegido. A pesquisa com crianças e adolescentes foi repetida somente em 2022. É na metodologia construída na realização das pesquisas de adultos em situação de rua, seus desdobramentos, correções e atualizações nestes vinte anos, nesta cidade, com essas características apresentadas, que se pretende apresentar aqui.

A construção da metodologia em 20 anos de pesquisas

A Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial tem, portanto, a partir da implantação do Suas na cidade, a atribuição da produção e organização de *dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos* (Brasil, 2014). Por competência institucional, portanto, coordena as pesquisas censitárias e de perfil amostral da população em situação de rua da cidade desde 2000, de forma a cumprir seu dever de instrumentalizar com informações os gestores e profissionais da Assistência Social *para que possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis* (Brasil, 2014).

Além disso, com a difusão dos resultados de suas pesquisas e sistematização das informações deve contribuir para o *planejamento de ações preventivas e para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência*, fortalecendo a capacidade de proteção social e de defesa de direitos da política de assistência social.

Cabe ressaltar que todas as pesquisas censitárias foram realizadas com a contratação de Institutos de Pesquisa, mas coordenadas, em sua maioria, pela equipe de Smads/Covs – em 2011 a pesquisa foi coordenada pela assessoria direta do gabinete da gestão da secretaria municipal - que além de fiscalizar o contrato, discute as questões metodológicas e acompanha os trabalhos de campo. Além disso, os princípios metodológicos, os principais pontos que organizam a pesquisa que possibilitam estudos comparativos foram mantidos ao longo desses 20 anos garantindo a elaboração de séries históricas. Entretanto, atualizações e incorporações de questões que apareceram nos resultados das pesquisas foram utilizadas para um contínuo aperfeiçoamento da metodologia e busca no aprofundamento da compreensão das especificidades e heterogeneidades desse segmento populacional em cada período.

Historicamente, os principais objetivos sempre foram a pesquisa censitária (contagem das pessoas) em situação de rua e seu perfil socioeconômico. Esses dois objetivos são acolhidos na divisão do trabalho em duas etapas: a contagem censitária e a pesquisa amostral do perfil socioeconômico e demográfico da população em situação de rua. Conforme o desenrolar das pesquisas, foram sendo acrescidas etapas e incluídas questões menos econômicas e de saúde e mais de sociabilidade e convivência.

O sucesso deste tipo de pesquisa depende, quase que totalmente, da definição do objeto e da precisão na indicação dos objetivos, pois em referência a estes é que serão construídas as técnicas adequadas e as perguntas certas a serem feitas para se chegar ao resultado, ou seja aos objetivos iniciais. O primeiro contrato feito em 2000 com a Fundação de Pesquisas Econômicas – Fipe tinha a seguinte definição para a pessoa a ser pesquisada:

> *São moradores de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais*.

Como objetivos da pesquisa estavam, na primeira etapa a contagem censitária, o número total de pessoas e a segunda etapa, amostral, com descrição do perfil dessas pessoas, informações de identificação geral, como idade, raça/cor, sexo (o nome não é exigido para que não haja identificação) e questões relacionadas à situação de saúde, trabalho, renda e motivos de estarem em tal situação, dentre outros. O primeiro desafio metodológico está lançado com a definição: como pesquisar pessoas que não tem endereço e por isso não entram nas pesquisas de domicílios, sem repeti-las? Como saber quem foi entrevistado se a população se movimenta e a mesma pessoa pode ser vista em lugares diferentes dependo do dia e do horário? Como saber se é uma pessoa em situação de rua ou se é um transeunte da cidade? Hoje, após as diversas pesquisas realizadas e ao conhecimento por elas difundidos sobre as pessoas em situação, as respostas a essas questões parecem óbvias, mas em 2000 eram desafiadoras. Observa-se, portanto, que as técnicas vão sendo aplicadas em conformidade com as definições e objetivos propostos e esse é o processo de construção do conhecimento sobre a pesquisa. Algumas das soluções que serão apresentadas foram definidas na primeira pesquisa, outras foram sendo adicionadas e complementadas à medida que se conhecia a população pesquisada, nas pesquisas posteriores. Por exemplo alguns resultados demonstraram que a população em situação de não se move por distâncias muito grandes. As pessoas vão construindo redes de apoio para sobreviver: lugares onde fazem alguma refeição, onde bebem água, onde encontram mais segurança para dormir, etc., e isto as faz permanecer por perto desta rede. Esse conhecimento assegurou o procedimento de setores censitários que foram soluções encontradas e descritas a seguir.

A primeira solução: as pessoas serão entrevistadas durante a noite, pois recolhidas para o descanso, ficará mais fácil não perder ninguém e não contar em duplicidade. Para não correr o risco de que se movimentem, as entrevistas devem ser feitas ao mesmo tempo. Esta solução traz outros problemas. Para que as entrevistas sejam feitas simultaneamente, será exigida a contratação de uma grande equipe de pesquisadores com conhecimento e prática de abordagem a esta população. Mais um obstáculo: todos ao mesmo tempo numa a cidade com 96 distritos e mais de 1.500 km²? A solução é dividir a cidade em setores censitários demarcados por barreiras físicas e geográficas que não estimulam a peregrinação de uma área à outra, para que possam ser entrevistados em dias diferentes. Esses territórios são percorridos e todos os sujeitos que se encaixam no perfil abordados, caso haja recusa ou impossibilidade de entrevista, e só nestes casos, o entrevistador deve atribuir as informações.

Para a delimitação destes setores e para atualização dos pontos de concentração de pessoas em situação de rua, é realizado um procedimento importantíssimo e que ocorre logo no início do trabalho com a Instituição contratada que é a elaboração do quadro de referência. São reunidas as informações dos Censos anteriores, a geolocalização das abordagens realizadas pelos serviços da secretaria em uma mesma base e confeccionados mapas. Com esses mapas à disposição, são organizadas reuniões e formulários para que todos os agentes envolvidos com esta população possam apontar locais em que as pessoas costumam ficar, pontos novos que não estavam nos anos anteriores, “esconderijos”.

A escuta é feita com os agentes dos serviços de abordagem, do Consultório na Rua que é um serviço as Saúde para a população em situação de rua. O Comitê Pop Rua, a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua (Smdc), movimentos municipais, estaduais e nacionais todos são convidados para a construção de um quadro de referência. Com esse quadro construído coletivamente é possível atualizar os setores censitários, saber se houve mudança na dinâmica da população, como está o deslocamento intraurbano, que distritos devem ser percorridos no mesmo dia para evitar dupla contagem e, principalmente, que se tenha a cobertura a todos os territórios da cidade.

Outra decisão importante. Na etapa censitária não é possível serem feitas muitas questões, pois além das pessoas estarem, muitas vezes, dormindo, precisa haver agilidade para que todos possam ser abordados. Por isso são feitas questões básicas, como idade, sexo, quantas vezes dorme na rua.

E como identificar quem está em situação de rua? Percebe-se que esta tem que ser a primeira pergunta a ser feita para que a entrevista continue, entretanto ela foi definida após ser definido como se conseguiria chegar a todos os entrevistados ao mesmo tempo. No momento em que o pesquisador está, à noite, na rua e se depara com grupos de pessoas ou indivíduos sozinhos que não estão deitados em praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos, mas circulando, como saber se podem ser identificados com precisão na definição? A resposta foi a construção de “perguntas-filtro”: onde o sr(a) vai dormir hoje? Onde dormiu ontem? Dormiu algum dia na rua ou em centros de acolhimento (albergue) a semana passada?

Outras questões metodológicas foram sendo incorporadas frentes às dificuldades encontradas no campo. Uma delas, a impossibilidade de serem realizadas as entrevistas em dias de chuva. Quando chove, mesmo que seja uma chuva mais fraca, as pessoas que dormem ao relento procuram lugares mais escondidos para se protegerem: desde de pular alguns portões para ficar em baixo de toldos de lojas comerciais ou mercados, até entrarem em agências bancárias, buracos. Não que em situações de tempo não chuvoso elas não possam ser encontradas nestes lugares, mas em dias de chuva fica muito mais difícil procura-las e ainda aumenta a quantidade de pessoas nestes locais. Além disso, a entrevista fica muito prejudicada e a contagem por observação, quase impossível.

Como o clima na cidade é muito instável, a Instituição contratada costuma incluir assinaturas de Institutos de Estudos Climáticos no momento de elaboração do cronograma da pesquisa e consultar a "previsão do tempo" antes de convocar os entrevistadores para o trabalho de campo. O campo na pesquisa censitária de 2019 teve que ser cancelado diversas vezes por ter sido realizado em março que é um mês muito chuvoso na cidade.

Outra questão relacionada às características de São Paulo é a alteração da dinâmica da cidade aos finais de semana. Como pode-se perceber na primeira parte deste trabalho, São Paulo consolidou-se como polo de comércio e serviços. Uma rede extensa e elogiada de restaurantes e bares somada a efervescência cultural de teatros, cinemas, casas de show e noturnas modificam a rotina da cidade às sextas-feiras à noite e aos sábados e domingos. Paulistanos, inclusive, referem-se à sexta-feira à noite recorrendo a gíria "sextou", anunciando um momento de relaxamento e convívio após uma semana de trabalho árduo. Por essa dinâmica as pesquisas censitárias não podem ser realizadas neste cenário atípico, não sendo realizado trabalho de campo às sextas-feiras, sábados e domingos, feriados e férias escolares.

No relatório da pesquisa de 2000, a Fipe escreveu sobre a 2ª etapa, amostral, do perfil socioeconômico: *a hipótese quanto a possíveis diferenças das características sócio-econômicas (sic) entre os que pernoitam nos logradouros da cidade e os que se encontram em albergues levou à definição de duas amostras independentes*. Essa hipótese, confirmada em alguns aspectos subsidiou a continuidade dessa decisão e ainda à elaboração de questionários diferentes em alguns aspectos para a segunda etapa da pesquisa.

A pesquisa das pessoas acolhidas é metodologicamente mais simples de ser realizada. Isto porque, apesar de pessoas diferentes pernoitarem nestes serviços, eles têm endereço e equipe de funcionários atendendo os usuários. Nas primeiras pesquisas nem todos os serviços entravam na pesquisa. Eram realizados sorteios e para os usuários encontrados eram aplicados os questionários. Atualmente todos os serviços da rede socioassistencial de acolhimento para pessoas em situação de rua são visitados no mesmo dia em que se faz a pesquisa nas ruas do mesmo território. Além disso, serviços que não recebem verba pública, mas atendem pessoas em situação de rua são contatadas e é solicitada permissão para realização das entrevistas. Os pesquisadores iniciam as entrevistas no início da noite e caso sejam feitos encaminhamentos na madrugada, são incluídos nos relatórios, se não tiverem sido recenseados nas ruas.

Pela atenção que desperta na mídia, a cidade também concentra grande parte de manifestações culturais, artísticas e políticas. A Parada LGBTQIA+, caminhadas religiosas, shows em praças e locais históricos, Virada Cultural, Virada Esportiva, Virada ODS, manifestações contra e favor políticos e legendas, movimentos nas ruas pela "legalização da maconha"; "legalização do aborto", ecológicos, etc., acontecem em vários locais da cidade. Nestes dias, também, as entrevistas para a pesquisa ficam prejudicadas, não sendo possível realiza-las. Normalmente esses eventos são programados e divulgados, constando do cronograma da pesquisa, evitando-se essas datas. Mas às vezes manifestações ocorrem sem aviso prévio e um dia de pesquisa é perdido. A pesquisa censitária de 2021 levou quase um mês para ser realizada devido às condições climáticas, em parte, que empurraram a pesquisa para o mês seguinte que estava repleto de feriados, impossibilitando sua realização em vários dias da semana.

A partir da promulgação do Decreto 7.053 de 3/12/09, a definição de "morador de rua" sofreu alterações e a expressão de designação muda para "pessoa em situação de rua":

> (...) *considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória*.

As pesquisas realizadas a partir de 2015 já utilizam esta definição. A pesquisa de 2011, que não foi acompanhada por Covs, afirma no relatório que apresenta os principais resultados da pesquisa *(...) seguindo, à guisa do estabelecimento de comparações dos dados, as mesmas definições e metodologia das pesquisas censitárias anteriores*. Dessa forma, a alteração na definição que traz uma grande contribuição para esse segmento que é a substituição da designação "morador de rua" para "pessoa em situação de rua", só foi incorporada a partir da pesquisa de 2015, embora no título do relatório com os principais resultados de 2011 a expressão utilizada não seja mais "moradores de rua". Essa mudança é importante porque no Brasil, a designação "mendigos", foi sucedida por "vagabundos", "moradores de rua", e usar a atual definição "em situação de rua" significa reconhecer as heterogeneidades, os sofrimentos distintos e os determinantes socioeconômicos da degradação (Neves, 2010). Assim, as mudanças de termos correspondem às formas de representação revelando-se uma mudança de paradigma, especialmente em 1990, quando a administração pública começa a se preocupar com a utilização dos espaços públicos. A população no Brasil conquistou uma série de direitos, na forma de leis, decretos e movimentos, sendo o principal, a recente Política Nacional para População em Situação de Rua, resultado de mobilizações e de luta (Lanfranchi, Ferreirinho, 2019). Portanto não existe um perfil só de pessoas em situação de rua, existem grupos com necessidades diversas que tem em comum a destituição da moradia.

Aqui cabe uma observação sobre as influências políticas que as gestões podem exercer no desenvolvimento das pesquisas e na divulgação e utilização de seus resultados. Dependendo da vinculação partidária e ideológica do prefeito e do secretário da pasta a realização de pesquisas e o reflexo de seus resultados em políticas públicas em geral, é facilitado ou dificultado. Em 2011 ocorreu um desses casos. Insatisfeita com o resultado das pesquisas realizadas em 2009, a gestão municipal resolveu contratar um outro Instituto para realizar nova pesquisa em 2011, para avaliar a excelência da anterior.

Dessa forma, retirou a coordenação da equipe do Observatório e acompanhou, com sua própria assessoria o andamento do contrato. Era um Instituto sério e com reconhecimento público, avaliou a metodologia e concluiu que era adequada para ser aplicada para o objeto de análise, acabou reproduzindo as técnicas e métodos usados nas pesquisas anteriores, com pequenas mudanças no procedimento de campo, mas chegando a resultados compatíveis com a série histórica. Outro exemplo de mal uso das informações e descaso com as informações obtidas refere-se ao motivo alegado pelos entrevistados para estarem e permanecerem nas ruas cuja principal resposta foi a falta de moradia. Outro resultado de destaque foi que a maioria das pessoas em situação de rua aferia algum tipo de renda. Apesar destes resultados, toda a política adotada pela gestão municipal foi no sentido de "capacitar" as pessoas em situação de rua para atividades de trabalho, facilitar a documentação para que as pessoas em situação de rua pudessem abrir microempresas e se tornarem empreendedores (?) e, surpreendentemente, nenhum investimento em moradia.

Também, a partir de 2015 a questão sobre identidade de gênero é incluída, no questionário amostral. A inclusão foi feita a partir da necessidade verificada pela Coordenação da Proteção Social Especial que acompanhou diversos casos de violência e de violação de direitos de pessoas travestis e transgênero e, também, de representantes dos segmentos LGBTQIA+ no Comitê Pop Rua e de movimentos sociais. A partir da captação dessas informações em 2015, a pesquisa seguiu avançando neste sentido e em 2019 19,5% dos entrevistados indicam terem sido impedidos de acessar um serviço da rede socioassistencial por ser LGBTQ+, sendo que esse número é ainda mais grave naqueles pernoitando nas ruas, 21,1%. E, ainda, a partir desta data, foi incluída a 3ª etapa da pesquisa a Identificação das Necessidades da população em situação de rua. Esta fase prevê uma última pesquisa amostral fundamentada nas etapas anteriores que as questões mais sensíveis sejam aprofundadas e a amostra é construída com a estratificação de segmentos específicos da população em situação de rua na cidade como condições de trabalho, condições de moradia e condições de atendimento.

A partir de 2019 com a perceptível e comprovada superação de pessoas pernoitando nas ruas em relação aos que estavam em acolhimento foi incluído um bloco com questões sobre a sobrevivência nas ruas para melhor compreensão do fenômeno. Questões sobre deslocamento entre o lugar de pernoite e as atividades cotidianas; a forma como consegue alimentação; questões de seguranças alimentar, quanto tempo fica sem comer; como consegue roupas limpas, se tem como lavá-las; se toma banho, onde toma; onde consegue água; como consegue fazer suas necessidades fisiológicas; se consegue absorventes higiênicos; se tem alguma diversão, qual é; como gasta o dinheiro que consegue; com quem vive nas ruas, entre outras.

Também foi observado, pelos agentes de abordagem dos serviços da secretaria o aumento de pessoas vivendo nas ruas acompanhadas de familiares e em barracas. Dessa forma, a partir de 2015, foram incluídas marcações específicas para pontos com barracas, tendas, abrigos improvisados e a partir de 2019 a questão sobre estar acompanhado de alguém que considera sua família. Também a partir deste ano, a empresa contratada Qualitest, trouxe uma inovação tecnológica, as informações passaram a ser coletadas por sistema eletrônico, com localização geográfica precisa e dados compilados quase que imediatamente. As entrevistas passaram a ser feitas com *tablets* e monitoradas pela equipe de coordenação que acompanhava os trajetos das equipes e as entrevistas enviadas imediatamente após aplicação.

Em 2019 houve a inclusão de novo procedimento que trouxe muitos desafios, mas, também muitos ganhos para a realização do trabalho de campo. As pessoas em situação de rua sempre participaram das pesquisas anteriores, mas tinham a função de "facilitadores" no trabalho de campo. Entravam com as equipes de entrevistadores em locais em que havia mais resistência, nos pontos de concentração de uso de drogas, ajudavam a encontrar pessoas escondidas e outras formas de "facilitar" o desenvolvimento da pesquisa.

A partir de 2019, 30% das vagas para pesquisadores foram reservadas para as pessoas em situação de rua, que passaram por processo seletivo, juntamente como os demais concorrentes. As pessoas contratadas participaram algumas vezes como instrutores no período de formação da equipe, ensinando como as abordagens deveriam ser feitas. O resultado desse processo foi maior número de pessoas entrevistadas, menor número de atribuições de respostas por parte dos entrevistadores e acesso a locais desconhecidos até mesmo pelos agentes de abordagem. As principais dificuldades foram em administrar o descontentamento entre os que não foram selecionados e a desistência de alguns no momento em que o trabalho estava sendo executado. Mas, os ganhos foram maiores do que as dificuldades e em 2021 repetiu-se esse procedimento.

Por fim, cabe destacar alguns pontos que recebem questionamento periódico da sociedade civil e de movimentos coletivos. Não são incluídas na pesquisa, por não estarem condizentes com a definição utilizada, pessoas que estão ainda no Sistema Prisional, mesmo que tenham a pena próxima do encerramento e que, na saída, possam não ter para onde ir e acabem nas ruas ou na rede socioassistencial de acolhimento. Isto porque, além de não estarem na definição, são muitas variáveis a se concretizar, e há a obrigação do estado em acompanhar a saída dessas pessoas para que não venham a estar em situação de rua. Não são incluídos moradores de ocupações, favelas e cortiços que, por terem endereço fixo, são contados no Censo Nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Também pessoas em situação de rua que estejam internadas durante o recenseamento não são incluídas, pois os sistemas da rede de saúde não possuem a marcação "pessoa em situação de rua" em seus sistemas.

Desafios e continuidades das pesquisas com pessoas em situação de rua

Pesquisar é um processo dinâmico e desafiador. No processo de investigação, ao mesmo tempo que o pesquisador constrói o conhecimento, ele deve aprender sobre a realidade social e apreender a estrutura social que constrói e regula as relações de poder e de socialização.

> Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num "trabalho", num "olho" sociológico, permite perceber e controlar no *campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza (Bourdieu, 1997, p. 694).

Especialmente numa pesquisa que envolve entrevistas e entrevistados que estão sobrecarregados com a violência cotidiana de suas próprias condições de vida, o pesquisador deve zelar para não exercer mais um tipo de violência, a simbólica. Ao interagir com essas pessoas em lugares de insegurança e em momentos de descanso e fragilidade exacerbadas, ter cuidado, respeito e procurar não exercer uma posição de poder sobre o outro. Conhecer e reconhecer a estrutura social que dá posição e condições sociais aos sujeitos e, com isso, neste processo de pesquisa, compreender para ser possível explicar.

Durante a execução do trabalho de campo, nestes vinte anos, muitas vezes o pesquisador é confundido com um agente público da assistência social. São pedidas vagas de acolhimento, refeições, são feitas reivindicações. Muitos defensores e movimentos da população em situação de rua costumam criticar o desenvolvimento da pesquisa acusando de desrespeito com os sujeitos que são acordados, que deveriam serem servidos alimentos e bebidas durante as entrevistas. São críticas legítimas, mas que confundem, também, os papéis de pesquisador e de agente da política de assistência social, os pesquisadores têm pressa em contar, devido a própria metodologia descrita e não seria papel deles o de proteção social. Servir alimentos requer organização para isso, que não falte alimento, que se organize o recebimento, que se inspecione a comida oferecida para que não ocorram consequências de problemas de saúde. Exige uma logística apropriada para isto. Encaminhamentos para a rede socioassistencial também exigem dedicação e tempo, atributos que o pesquisador em campo não pode dispor e muitas vezes, nem sabe fazer, sua função é outra. Esse impasse seria contornado se, simultaneamente à pesquisa, fossem acionadas equipes da assistência social que pudessem realizar os encaminhamentos adequados para alimentação, acolhimentos, serviços da saúde. Mas essas ações requerem organização e planejamento dentro da secretaria, um esforço institucional enorme para que todos possam ser atendidos e a pesquisa não seja prejudicada. Adaptações metodológicas na pesquisa também serão necessárias.

Outra questão complexa e grande desafio é a divulgação da pesquisa antes de sua ocorrência. A população em situação de rua seria tratada com muito mais respeito se fosse comunicada sobre a presença dos entrevistadores nas ruas, quais os objetivos e em que dias estarão atuando nos territórios. Para que isso possa se concretizar seria necessária uma interlocução entre todos os órgãos da prefeitura e investimento em campanhas publicitárias. Assim, também os munícipes estariam cientes e poderiam fazer contribuições apoiando os pesquisadores nos dias de campo e com sugestões, além de ser uma prestação de contas da prefeitura, pois a pesquisa é contratada com dinheiro público. Isto ainda não foi possível realizar, pelo contrária, muitas vezes é necessário esconder as datas de trabalho de campo, pois alguns setores da zeladoria urbana, da segurança pública e algumas gestões resolvem criar "operações" e retirar as pessoas dos lugares em que geralmente ficam, com o intuito de influenciar os resultados da pesquisa.

Outra incompreensão sobre o alcance da pesquisa se dá após a divulgação dos resultados. Muitos movimentos e setores da sociedade que atuam na garantia de direitos questionam o número de pessoas apresentados e que seriam muito maiores. Isto aconteceu em todas as divulgações censitárias. Enquanto setores do governo consideram o número muito alto, setores da sociedade civil consideram o número muito baixo. Na verdade, a pesquisa censitária é como uma "fotografia" de um momento. Mesmo o IBGE que realiza a pesquisa censitária em domicílios, ou seja, não há movimentação dos entrevistados, reconhece que há a possibilidade de perda de algumas informações, e que isto está previsto nas estatísticas. Entretanto, como vimos, a metodologia é robusta, cerca todas as possibilidades e foi aplicada em diversas cidades do país, pelo seu reconhecimento técnico e científico.

Também há muitos questionamentos que comparam a pesquisa censitária que, como dito, é a fotografia de um momento, com as pessoas cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal com marcação de população em situação de rua. O CadÚnico, sistema de cadastros para os programas socais, é repositório aberto em que se incluem informações diariamente e só é possível a exclusão de um desses cadastros se houver um retorno da pessoa para atualização cadastral. A Coordenação de Gestão de Benefícios – CGB, na Smads orienta que o CadÚnico é um cadastro auto declaratório e que é importante considerar que se trata de um "estoque", ou seja, são cadastros realizados ao longo do tempo. Nem todas as pessoas atualizam esse cadastro, gerando um acúmulo da informação "em situação de rua" nos registros do sistema. Ou seja, pessoas que saíram desta condição, que estão em outros municípios, que faleceram, dentre outras situações, podem ainda estar aparecendo no número de cadastros. Podemos trabalhar apenas com os cadastros atualizados nos últimos dois anos, período previsto para essa atualização. Mesmo assim, não são dados que podem ser comparados diretamente. O objetivo do CadÚnico não é o levantamento quantitativo de determinadas situações, é um cadastro de oferta de benefícios, por isso não possui metodologia pensada para garantir a plena marcação dessas diversas situações. A Pesquisa censitária não é um cadastro, é um estudo com metodologia desenvolvida especial e exclusivamente para a contagem e perfil da população em situação de rua. Para cadastro desta população, a cidade de São Paulo ainda dispões de outros sistemas informacionais, além do CadÚnico. De certa forma, essas discussões seriam atenuadas se houvesse, como já proposto, a divulgação de informações anteriormente à ocorrência da pesquisa, revelando a metodologia, alcances e limitações.

Algumas soluções administrativas internas da prefeitura também podem melhorar a coleta das informações como, por exemplo a inclusão da marcação de "pessoa em situação de rua em sistemas de outras secretarias como da Saúde, do Trabalho, Habitação, etc.

No percurso de realização das pesquisas, mais ou menos entre os anos de 2015 e 2019, o Tribunal de Contas do Munícipio – TCM questionou a forma de contratação das empresas para realização das pesquisas. Até 2015 eram feitas por dispensa de licitação, por tratar-se de necessidade de notório saber, tema e desenvolvimentos que poucos institutos tinham capacidade de prover. Entretanto, o TCM decidiu que já existiam no mercado diversas empresas capacitadas para cumprir essa tarefa e a partir de 2019, os contratos passaram a ser feitos por licitação e livre concorrência. Tivemos perdas e ganhos neste processo, perdemos a Fipe que possuí um corpo de coordenação para a pesquisa composto de acadêmicos e pessoas envolvidas com o tema e que construiu, juntamente com a equipe do Observatório a metodologia inicial e ganhamos a tecnologia trazida pela Qualitest que também se esforçou para entender e executar a metodologia já consolidada e esteve aberta para a inclusão de novas questões e sugestões orientadas por Covs, tendo conseguido desenvolver a pesquisa com qualidade.

Em cada pesquisa realizada, cabe a reflexão sobre as hipóteses e objetivos, mas, também, a dedicação à formação contínua, as leituras constantes e especialmente exercitar a criatividade. Um trabalho de investigação bem feito deve resultar em boas e repostas e boas respostas só são alcançadas com método, reflexão, conhecimento e boas e criativas perguntas!

O incentivo à produção de conhecimento por parte dos poderes públicos é fundamental a para a construção de políticas públicas adequadas aos diversos grupos populacionais e respostas eficazes aos problemas urbanos que afetam os habitantes das cidades. É um investimento com recursos de todos para soluções de questões coletivas. Cabe dizer que os resultados de todas as pesquisas realizadas e citadas, que não foram apresentados aqui, dado o objetivo diverso proposto, estão disponíveis para acesso por meio do endereço eletrônico:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626.

Tentei neste texto sintetizar o desenho da construção das pesquisas realizadas na cidade de São Paulo com as angústias e realizações que elas trouxeram. No meu desejo como pesquisadora, sonho com a possibilidade, cada vez mais distante, de realizar a pesquisa de forma direta, com trabalhadores da assistência social, conhecedores do tema e interessados na investigação científica.

Bibliografia

BOUDIEU, Pierre. 1997. *A Miséria do Mundo*. Editora Vozes, 5ª edição, Petrópolis.

BRASIL. 2009. "Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências". In Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. 2014. *Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial*. ASCOM/MDS, Brasília.

DALL'OLIO, Carolina. 2019. A metrópole improvável: por que São Paulo virou a maior cidade do Brasil. In *Revista Exame*, 25/01/19, disponível em 06/06/23 pelo endereço: https://exame.com/economia/a-metropole-improvavel-por-que-sao-paulo-virou-a-maior-cidade-do-brasil/

HARVEY, David. 2004. *Espaços de esperança*. Loyola, São Paulo.

FERREIRINHO, Viviane Canecchio. LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. 2020. Duas Décadas De Censos E Perfis Da Situação De Rua Da Cidade De São Paulo (2000-2019). In: BÓGUS, Lucia Maria Machado. PASTERNAK, Suzana Et al (Orgs.). *As Metrópoles e a Covid-19: Dossiê Nacional - A pandemia da COVID-19 no município e na Região Metropolitana de São Paulo: desigualdades socioespaciais, vulnerabilidades e padrão de disseminação na Macrometrópole Paulista*. São Paulo: INTC- Observatório das Metrópolis/Fórum Nacional de Reforma Urbana, p. 77 - 100, 31 jul. 20.

LANFRANCHI, Carolina, FERREIRINHO, Viviane. 2019. Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na Cidade de São Paulo. In *Civitas*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 62-81, jan.-abr.

NEVES, Delma Pessanha. 2010. Categorizações deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua). *Antropolítica*, n. 29, p. 9-35. 10.22409/antropolitica2010.0i29.a36.

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; Martins, Valter. 2022. O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil. In *Revista Libertas*, v. 22, n.2, p. 403-421, jul. / dez. 2022 ISSN 1980-8518, Juiz de Fora.

SANTOS, Milton. 1978. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Francisco Alves.

VILLAÇA, Flávio, 2011. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In *Estudos avançados*, nº 25 (71), CEBRAP, São Paulo.

SÃO PAULO, FIPE. 2000. "*Levantamento Censitário e A Caracterização Sócio-Econômica da População Moradora de Rua na Cidade de São Paulo 2000*". São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2000.pdf

SÃO PAULO, FIPE. 2009. *Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo - Relatório do Levantamento Censitário*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00- publicacao_de_editais/2009_01

SÃO PAULO, FESP. 2011. *Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo (2011) – Principais Resultados*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/censo2011.pdf

SÃO PAULO, FIPE. 2015. *Relatório Completo do Censo da População em Situação de Rua na Cidade De São Paulo*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0001.pdf

SÃO PAULO, QUALITEST. 2019. *Pesquisa Censitária da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzM4MDJmNTAtNzhlMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9

SÃO PAULO, QUALITEST. 2019. *Pesquisa Amostral da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3Iiwidci6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9

SÃO PAULO, QUALITEST. 2021. *Pesquisa Censitária da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4MTE5MGItZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5Iiwidci6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9

SÃO PAULO, QUALITEST. 2021. *Pesquisa Amostral da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo*. São Paulo. Disponível no endereço, acesso em 13/06/23:
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3Iiwidci6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9

Resenha biográfica

Viviane Canecchio Ferreirinho. Doutora e Mestre em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP), graduada em Ciências Social (USP-SP). Analista de Ordenamento Territorial na Supervisão de Pesquisa e Georreferenciamento da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (COVS/SMADS) da Prefeitura do Município de São Paulo. Pesquisadora da Rede Brasileira de Pesquisadores da População em Situação de Rua. Endereço R. Líbero Badaró, 425, 37º Andar - Sé. São Paulo - SP, 01009-000, Brasil. Telefone: +55 (11) 3291-9706. E-mail: vferreirinho@prefeitura.sp.gov.br e vferreirinho@gmail.com.